

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA – UFV**  
**CAMPUS FLORESTAL – CAF**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE – IBF**  
**LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

**ALAXIS BRUNO DURAN DE FREITAS**

**ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA DO**  
**INTERIOR DE MINAS GERAIS DE ACORDO COM AS UNIDADES TEMÁTICAS**  
**DA BNCC: EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL I**

**FLORESTAL – MINAS GERAIS**

**2022**

ALAXIS BRUNO DURAN DE FREITAS

**ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA DO  
INTERIOR DE MINAS GERAIS DE ACORDO COM AS UNIDADES TEMÁTICAS  
DA BNCC: EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL I**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a  
Universidade Federal de Viçosa UFV - Campus  
Florestal, como parte dos requisitos para  
obtenção do título de licenciada em Educação  
Física.

Orientador: Ricardo Wagner de Mendonça  
Trigo

FLORESTAL – MINAS GERAIS

2022



**Ministério da Educação  
Universidade Federal de Viçosa  
Campus Florestal  
Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde  
Licenciatura em Educação Física**



---

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA DO INTERIOR  
DE MINAS GERAIS DE ACORDO COM AS UNIDADES TEMÁTICAS DA BNCC:  
EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL I**

**ALAXIS BRUNO DURAN DE FREITAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no dia 13 de dezembro de 2022, como defesa no XIX SEMINÁRIO DE DEFESA DE TCC. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados.

---

Ricardo Wagner de Mendonça Trigo  
Prof. Orientador

---

Neilton de Sousa Ferreira Júnior  
Coordenador da Disciplina EFF497  
Trabalho de Conclusão de Curso

---

Melissa Fernandes da Silva Junio  
Membro titular

Florestal (MG), 13 de dezembro de 2022

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente meus agradecimentos a mim, que, dentro da realidade consegui ter forças para a elaboração deste estudo.

Um agradecimento a minha família, em especial ao meu filho, Pedro Cunha Duran, por ser o motivo e a fonte da força de vontade que em mim habita, minha noiva por dividir comigo momentos pessoais e acadêmicos que me fizeram, e ainda farão crescer muito tanto pessoalmente, tanto profissionalmente.

Minha mãe e irmã por entenderem o momento que vivi e a necessidade de tempo que precisava dedicar à pesquisa, além de me darem total apoio e incentivo durante toda minha vida.

Minha prima e madrinha, por serem meu refúgio em momentos de dificuldades.

Minha avó pela importância e sentido que ela dá na minha luta rumo crescimento profissional.

Agradeço muito ao meu professor e orientador Ricardo Wagner de Mendonça Trigo, por me apoiar e guiar diante das atividades e tarefas exigidas para o início, aprimoramento e conclusão deste estudo, sem ele nada disso teria sido possível.

Aos meus amigos, em especial os irmãos de mansão, que dividiram comigo esses longos anos de graduação, Tiri, Buiú, Rato, Soldado, Julião, Brasilit, Padeiro, Fornaia, Sid e Tcho, sem vocês tudo seria possível, mas nada teria o mesmo valor.

## RESUMO

O projeto Político-Pedagógico (PPP) é um documento obrigatório, criado para servir como ferramenta de identificação e registro das necessidades e interesses de toda a comunidade. A importância do PPP se dá pela possibilidade de se atentar, de forma democrática, para a realidade e demandas da escola, descentralizando o poder dos órgãos administrativos, além de programar as tarefas e atividades desenvolvidas pela escola. O objetivo deste presente estudo se dá pelo anseio de analisar o PPP de uma escola e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), para identificar e relatar possíveis diferenças e concordâncias do PPP e das unidades temáticas da BNCC. Para isso, foi utilizada, como metodologia, a pesquisa documental, um método de pesquisa qualitativo, que tem como instrumentos bases a literatura pertinente e um documento oficial específico. Ao fim desta pesquisa foi possível identificar que a escola em questão possui unidades temáticas esclarecidas dentro da estrutura do PPP, mas por outro lado existem outras unidades que não são citadas diretamente, bem como outras que não são abordadas explicitamente no documento analisado.

**Palavras-chaves:** Projeto Político-Pedagógico. Educação Física. Unidades Temáticas. Base Nacional Comum Curricular.

## ABSTRACT

The Political-Pedagogical Project (PPP) is a mandatory document, created to serve as a tool for identifying and registering the needs and interests of the entire community. The importance of the PPP is given by the possibility of paying attention, in a democratic way, to the reality and demands of the school, decentralizing the power of the administrative bodies, in addition to scheduling the tasks and activities developed by the school. The objective of this present study is given by the desire to analyze the PPP of a school and the National Common Curricular Base (BNCC), to identify and report possible differences and agreements between the PPP and the thematic units of the BNCC. For this, documentary research was used as a methodology, a qualitative research method, which has as basic instruments the relevant literature and a specific official document. At the end of this research, it was possible to identify that the school in question has clarified thematic units within the PPP structure, but on the other hand, there are other units that are not directly mentioned, as well as others that are not explicitly addressed in the analyzed document.

**Keywords:** Political-Pedagogical Project. Physical Education. Thematic Units. Common National Curriculum Base

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

BNCC	Base Nacional Curricular Comum
EF	Educação Física
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
1.1 OBJETIVOS .....	8
1.1.1 <i>Objetivo Geral</i> .....	8
1.1.2 <i>Objetivos Específicos</i> .....	9
<b>2 METODOLOGIA.....</b>	<b>10</b>
<b>3 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>11</b>
<b>4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO À LUZ DA BNCC.....</b>	<b>17</b>
<b>5 RESULTADOS .....</b>	<b>20</b>
<b>6 CONCLUSÃO.....</b>	<b>21</b>
<b>REFERENCIAS .....</b>	<b>22</b>



## 1 INTRODUÇÃO

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um documento, de caráter obrigatório, que tem como objetivo identificar e registrar os interesses da comunidade acadêmica, podendo auxiliar nas ações e atividades durante o seu ano letivo. Por se tratar de um documento coletivo, sua construção deve ser colaborativa, sendo guiadas por coordenação, professores, pedagogos, alunos e familiares, buscando atuar de maneira mais democrática. A comunidade passa por alterações e atualizações a todo momento e, por esse motivo, deve-se revisar periodicamente o PPP, a fim de atender as necessidades da comunidade, bem como se atentar a possíveis mudanças ocorrida nela, viabilizando a mesma com o planejamento do corpo docente e pedagógico da escola.

O PPP abrange tanto os interesses da comunidade, tanto o objetivo escolar, ele nasce de um equilíbrio destes dois aspectos fundamentais para estabelecer à escola caminhos para a construção de uma melhor realidade para a sociedade. A elaboração do PPP possibilita à escola planejar todas os projetos e atividades, bem como auxiliar no cumprimento de tais planejamentos, permitindo, além disso, refletir nas abordagens aplicadas a determinadas necessidades. Para isso é necessário que haja a contribuição de todos os membros da comunidade acadêmica, principalmente do professor, que é o responsável por fazer a interação direta do planejamento escolar para com o principal alvo da mesma, o aluno.

Partindo do ponto onde é necessário elaborar um PPP que visa a participação de todos da comunidade, somando ao fato de ser ele o documento que auxilia no planejamento das ações acadêmicas. Ao fazer um comparativo entre os documentos de uma escola pública e as unidades temáticas da Base Nacional Comum Curricular é possível identificar quais pontos exigidos no cumprimento do que é estabelecido pela BNCC, no que diz respeito à Educação Física, está inserido dentro da estrutura do PPP de uma escola pública do interior de Minas Gerais.

O presente estudo se fez necessário para levantar questionamentos sobre como o PPP é encarado na realidade. Por se tratar de um documento libertador, estudos sobre a temática deveriam ser elaborados a fim de preparar novos profissionais da educação para a participação na elaboração do PPP.

### 1.1 Objetivos

#### 1.1.1 Objetivo Geral

Analisar o projeto Político-Pedagógico de uma escola municipal e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

### 1.1.2 Objetivos Específicos

Identificar e relatar as possíveis divergências e convergências do documento analisado em relação a unidades temáticas da BNCC.

## 2 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa documental, tendo como base de análise o Projeto Político Pedagógico da escola selecionada e a Base Nacional Curricular Comum, buscando nesta análise apontar congruências e fragilidades entre as orientações oficiais, e a proposta pedagógica adotada pela instituição de ensino. Por tratar-se de um tipo de pesquisa que utiliza exclusivamente bases de dados públicas, esta dispensa a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos.

Para Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) a pesquisa documental é um procedimento metodológico decisivo em ciências humanas e sociais porque a maior parte das fontes escritas – ou não – são quase sempre a base do trabalho de investigação.

Desta forma, este tipo de pesquisa apropria-se basicamente da análise prévia da literatura pertinente ao tema, e de documentos específicos para o estudo.

Ainda, segundo os mesmos autores supracitados (2009), apresenta-se como um método de escolha e de verificação de dados; visa o acesso às fontes pertinentes, e, a esse título, faz parte integrante da heurística de investigação.

Portanto, este tipo de pesquisa permite ao leitor, analisar, atualizar ou adquirir conhecimento sobre a temática do estudo, mas infelizmente, não permite a reprodução dos dados, sendo, portanto, uma pesquisa de caráter qualitativo.

Considerando esses conceitos metodológicos, para a elaboração do presente estudo, foi definido, primeiramente, a delimitação da pesquisa, ou seja, o que seria analisado para, junto com o PPP, checar alguma concordância, ou não, da estrutura do documento. Nesse caso foram escolhidas as unidades temáticas da BNCC.

Essa definição prévia possibilitou um olhar mais objetivo durante as visitas e consultas ao PPP, pois permitiu-se buscar algo específico no corpo do documento e, além disso, foi possível consultar o documento sem possuir um conhecimento prévio do que seria encontrado.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

A escola tem como objetivo cumprir com uma função social muito necessária: a da educação e aprendizagem de conhecimentos, dentre outras funções presentes da existência da escola (MARQUES; CASTANHO, 2011).

Para a efetivação da missão de uma escola pública ou particular, é necessário um planejamento de ações e dinâmicas, que de forma metodológica e atenta às especificidades pedagógicas, e a esse planejamento se dá o nome de Projeto Político Pedagógico (PARANÁ, 2018).

Um Projeto Político Pedagógico não é apenas uma ferramenta que deve ser produzido pelo simples fato de ser obrigatório e depois ser arquivado com um selo de ‘dever cumprido’ (grifo nosso). O PPP é elaborado e deve ser colocado em prática a todo momento, por toda a comunidade acadêmica (VEIGA, 1998).

Segundo Veiga (1998) o projeto é uma forma de se buscar uma direção. Uma maneira intencional de se atingir os objetivos definidos por toda a comunidade escolar. Por esse motivo, o projeto da escola torna-se político, pois está diretamente ligado a uma necessidade social coletiva e abrange também os interesses de uma determinada população. O caráter Pedagógico se dá por conta de a escola cumprir com suas intenções e para a missão a qual foi designada.

O projeto adquire viés político por possibilitar que se haja um rumo, um caminho para a escola seguir, tendo sua construção com a participação de todos os membros que compõe o âmbito escolar. “Político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade” segundo Custodio (2008, p.5). Para entendermos afundo sobre a interação Pedagógica, temos em Veiga (1998) a definição desse aspecto:

Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade (VEIGA, 1998, p. 2)

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), estabelece a finalidade gerais dos níveis de ensino, da Educação Básica, sendo o artigo 32 referindo-se ao ensino fundamental e o artigo 35 ao ensino médio (BRASIL, 1996).

A Educação Básica é formada pelos três níveis de ensino, Educação Infantil, Educação Fundamental e Educação Média (BRASIL, 2018).

O artigo 32 da LDB consiste em:

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

- I – O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II – A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III – O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV – O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social (BRASIL, 1996, p. 23).

Já no artigo 35 da LDB encontramos como finalidade geral do ensino médio:

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

- I – A consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II – A preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III – O aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV – A compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (BRASIL, 1996, p.24)

Através do PPP que se é possível analisar e refletir, de uma maneira contínua, para assim fazer uma discussão democrática, buscando sempre alternativas eficientes para controlar ou solucionar os problemas na escola. Conforme essa dinâmica de coletivizar os problemas atuais da escola e buscar caminhos para o enfrentamento dos mesmos se desenvolve dentro da instituição os aspectos Políticos e Pedagógicos do PPP (VEIGA, 1998).

Uma escola possui uma formação social muito complexa, não estando centradas somente nos educadores, é capaz de unir diversos segmentos, dando origem a chamada “comunidade escolar”, os indivíduos que compõem a comunidade são divididos em: gestores (diretores e coordenadores), corpo docente (professores), pais, funcionários e discentes (os alunos). Quando a temática englobar a democracia e igualdade, estes segmentos estão contidos (SILVELLO; HARTMANN, 2010).

A literatura considera o Projeto Político Pedagógico como uma maneira de se desvincular da hierarquização das decisões da escola, seja no âmbito pedagógico ou administrativo. O intuito por trás dessa luta é buscar maior autonomia para a escola, permitindo que a mesma discuta e organize-se em prol da comunidade. O caminho trilhado para que se atinja tal objetivo é através da democratização e coletividade do planejamento escolar. A autora ainda pontua que:

A construção do projeto político-pedagógico requer continuidade das ações, descentralização, democratização do processo de tomada de decisões e instalação de um processo coletivo de avaliação de cunho emancipatório (VEIGA, 1998 p.11).

A coletividade dos envolvidos na existência escolar, na elaboração do PPP, estabelece uma identidade única para a instituição, permite o desenvolvimento de um espaço que “possam se manifestar as experiências acumuladas, as necessidades singulares, o planejamento sistematizado das ações, enfim, uma oportunidade de tomarem as rédeas da direção a seguir” (CUSTÓDIO, 2008, p.7).

Para a elaboração do Projeto Político Pedagógico, Custódio (2008) estruturou três eixos norteadores, denominados: Marco Situacional, Marco Conceitual e Marco Operacional.

O governo do Estado do Paraná (PARANÁ, 2018) conceitua o Marco Situacional como o momento em que se investiga a realidade da escola e tudo que a rodeia, bem como suas necessidades. Através do diagnóstico da realidade escolar é possível descobrir a identidade da instituição, possibilitando não apenas verificar a identidade, como também desenvolver práticas pedagógicas que sejam coerentes com tal realidade. Buscar esse diagnóstico exige muita atenção e criticidade, mas além disso, é necessário tomar ciência dos sentimentos e pensamentos que permite que a comunidade tenha tal identificação, para isso, é de suma importância que a pluralidade cultural seja respeitada, bem como as diferenças de gênero, raça, credo, orientação sexual e social sejam respeitadas.

O Marco Situacional é o momento de conhecimento da escola, sua história, sua vida institucional. É o momento de compor os elementos de atuação: o ponto zero. Organiza princípios que regem todo o projeto: Igualdade, Qualidade, Liberdade, Gestão Democrática, Valorização do Magistério (CUSTÓDIO, 2008, p.7).

Na literatura é possível conceituar esses cinco princípios da seguinte forma:

- a. **Igualdade:** proporcionar condições igualitárias para a permanência e conclusão do ciclo escolar é um princípio que deve ser pensado como um dever de mediação por parte da escola, e que ainda que haja uma desigualdade no início da vida escolar, é necessário que se respeite essa democracia em tempo de término na mesma. (VEIGA, 1998)
- b. **Qualidade:** este princípio não pode estar centrado somente na realidade de uma minoria econômica e social. O desafio para elaboração do PPP está na possibilidade de levar qualidade de ensino para todos, como aponta Veiga (1998). Há duas dimensões intrínsecas no princípio da qualidade: formal “[...] significa a habilidade de manejar meios, instrumentos, formas, técnicas, procedimentos diante dos desafios do desenvolvimento” (VEIGA, 1998, p.3); política “a qualidade é condição imprescindível

da participação. Está voltada para os fins, valores e conteúdos” (VEIGA, 1998, p.3). As duas dimensões são indiciáveis, porém uma não está, necessariamente, subordinada a outra, possuindo em suas raízes panoramas próprios, como pontua a autora. A escola de qualidade deve buscar de todas as maneiras que foram possíveis evitar repetências e, principalmente, evasão dos alunos em idade escolar. Deve-se elaborar objetivos qualitativos para garantir a permanência dos alunos e, não somente, traçar metas quantitativas para o acesso dos indivíduos, como aponta Veiga (1998).

- c. **Gestão democrática:** este princípio é constitucional, segundo Veiga (1998), rompe, historicamente, a prática administrativa educacional da escola, abrange os aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros. Busca enfrentar os fenômenos que resultam na marginalização das classes menos favorecidas, priorizando combater as reprovações, abandonos e ausência desses alunos. Um apontamento significativo da autora que vale o destaque é:

A gestão democrática implica principalmente o repensar da estrutura de poder da escola, tendo em vista sua socialização. A socialização do poder propicia a prática da participação coletiva, que atenua o individualismo; da reciprocidade, que elimina a exploração; da solidariedade, que supera a opressão; da autonomia, que anula a dependência de órgãos intermediários que elaboram políticas educacionais das quais a escola é mera executora” (VEIGA, 1998, p.4).

- d. **Liberdade:** o princípio da liberdade possui ligação direta com a autonomia, remetendo-nos às determinações e orientações desenvolvidas pelo corpo formativo interno, sem que haja imposições de órgãos ou instituições externas. “A liberdade deve ser considerada, também, como liberdade para aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a arte e o saber direcionados para uma intencionalidade definida coletivamente” (PARANÁ, 2018, p.21) é importante pensar na liberdade dentro da escola como uma das diferentes partes de participação, onde todos que compõe e estão inseridos no cotidiano possam influenciar nos processos de tomadas de decisões, tendo responsabilidades em tais influências, bem como no que diz respeito à confecção do projeto Político-Pedagógico.
- e. **Valorização do magistério:** há uma relação direta entre a qualidade do ensino e a valorização do corpo docente. Sua formação inicial, sua continuidade em capacitações, as condições de trabalho disponibilizadas para eles e a remuneração do professor influenciam na qualidade da aula, conseqüentemente na qualidade da escola também. A formação continuada dos professores é de extrema importância no que diz respeito a organização da escola e de suas interações junto a sociedade, dito isto, o PPP deve

levantar questionamentos sobre esse tocante e, se preciso for, cabe ao diretor da escola investigar caso a caso para garantir um programa de capacitação dos educadores junto aos órgãos superiores e, garantir também, tempo e oportunidades para a formação continuada. Além disso deve estimular a participação de todos em eventos que já estavam sendo programados no calendário escolar (PARANÁ, 2018).

O segundo eixo norteador, Marco Conceitual, é tido na literatura como qual o pensamento e fundamentação que a escola seguirá para que, através do diagnóstico feito com o Marco Situacional, para cumprir com a sua Função Social. A ideia contida no Marco Conceitual tem a competência de dar embasamento e nortear os professores a desenvolverem um planejamento de suas aulas, dando harmonia entre suas práticas pedagógicas com a necessidade educativas dos alunos, possibilitando, desta maneira, o cumprimento da Função Social da escola. É através deste Marco que é possível exercer a verdadeira democracia, embasada nos princípios da ética, da tolerância, do respeito e do direito de ideais em prol do bem comum. (PARANÁ, 2018; CUSTODIO, 2018).

Função Social da escola é tida como “compromisso com a formação do cidadão e da cidadã com o fortalecimento dos valores de solidariedade, compromisso com a transformação dessa sociedade” (ARÊAS, 2008, p.14).

Por último temos o Marco Operacional, classificado como a organização das ações que deverão ser colocadas em prática pela escola. Nesse momento que se esclarece métodos para implementar as ideias contidas no marco anterior, no que diz respeito ao que a escola precisa de fazer. O Marco Operacional ilustra os meios pelos quais a escola deve seguir, os sujeitos responsáveis pela execução das ações, os recursos reservados para tais ações e as estratégias que serão adotadas para o cumprimento do objetivo, seja eles de longo, médio ou curto prazo. Neste momento que se deve anunciar os projetos e atividades que a escola pretende desenvolver (SANTANA, 2019).

Em Custódio (2018) temos o Marco Operacional como a reorganização do trabalho pedagógico escolar, no panorama financeiro, pedagógico e político-educacional. É onde temos a definição das competências de cada segmento que compõe a comunidade escolar.

Na Figura 1 apresentamos de forma resumida os três eixos norteadores



**FIGURA 1 - RESUMO DOS EIXOS NORTEADORES**

<b>Marco Situacional</b>	<b>Marco Conceitual</b>	<b>Marco Operacional</b>
Contexto Social Diagnóstico Cronograma Definição de Objetivos	Perspectivas Fundamentação Teórica Democracia Critérios de Organização de Conteúdos Avaliação do Ensino Aprendizagem	Linhas de Ações Definição de Papéis Organização Avaliação do Processo Adequações

Fonte: Custódio (2018, p.9).

A Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases (LDB) garante a inclusão e participação de todos os alunos na disciplina de Educação Física (BRASIL, 1996).

Soares (1996) afirma que a Educação Física está na escola e sua presença é positiva, possuindo uma certa peculiaridade, que permite que ela seja uma disciplina que sai dos padrões escolares. Permitindo-a criar, inventar, recriar, etc.

A mesma autora classifica a disciplina de Educação Física como uma aula tão importante como qualquer outra, rica em conhecimentos que poderão trazer aos educandos diversos benefícios em seu cotidiano, despertando o prazer de aprender, de potencializar a capacidade de criar e recriar situações de aprendizagem (SOARES, 1996).

Dentro dessa ideia de que o PPP deve ser elaborado em coletividade dos professores, gestores, pais, funcionários e alunos e que a disciplina de Educação Física é obrigatória dentro das escolas, Custódio (2018) pondera que o professor de EF têm o direito de participar da confecção do PPP, tanto quanto outro professor de qualquer área do conhecimento, de maneira ativa.

Custódio (2018) através de entrevista, informa que a EF tem a capacidade de oportunizar aos alunos conhecimentos acerca dos comportamentos e através de expressões corporais, contribuindo aos discentes o desenvolvimento de uma consciência crítica, possuindo sua importância histórica, atingindo, assim, um compromisso com a formação do aluno, abrangendo determinadas dimensões como: a cidadania, participação social e política, respeito com o próximo, entre outros, por esse motivo não pode ficar de fora da composição do PPP.

#### 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO À LUZ DA BNCC

Em comum acordo junto a instituição objeto dessa pesquisa, dentro das possibilidades oferecidas pela escola, foi-me dado livre acesso para consulta e leitura do projeto Político-Pedagógico, sendo disponibilizado, inclusive, um ambiente iluminado, silencioso e organizado para que fosse possível a análise documental, bem como a autonomia para ir e vir, a hora que bem entendesse, dentro do horário de funcionamento da escola, para desempenhar as necessidades exigidas para a elaboração da pesquisa. Entretanto não me foi concedida a permissão para fotocopiar, digitalizar ou tomar posse momentaneamente, do documento em questão. Partindo desta realidade, não foi possível anexar o documento no corpo deste trabalho, bem como a reprodução integral ou visual dos textos contidos nele.

A Educação Física, segundo a BNCC, é a disciplina escolar que tem como temática a expressão corporal, com uma diversidade de significados sociais, entendidas como o modo de manifestação expressivas dos sujeitos, produzidas por diferentes grupos sociais no decorrer da história da humanidade. Nesse sentido, o movimento humano está inserido no âmbito da cultura e, por esse motivo, nas aulas, devem ser abordadas como um fenômeno cultural dinâmico, diverso, pluridimensional, singular e contraditório. (BRASIL, 2018).

É fundamental frisar que a Educação Física oferece uma série de possibilidades para enriquecer a experiência das crianças, jovens e adultos na Educação Básica, permitindo o acesso a um vasto universo cultural... Para além da vivência, a experiência efetiva das práticas corporais oportuniza aos alunos participar, de forma autônoma, em contextos de lazer e saúde. (BRASIL, 2018 p.213).

De acordo com a BNCC, as práticas corporais são categorizadas em seis unidades temáticas, que são elas: brincadeiras e jogos, esportes, ginásticas, danças, lutas e práticas corporais de aventura. (BRASIL, 2018).

- a. **Brincadeiras e jogos:** essa unidade temática abrange as atividades voluntárias praticadas por um grupo de pessoas, onde é possível criar e recriar regras e formas de brincar e cada participante deve seguir e cumprir as regras acordadas coletivamente inicialmente. Mesmo que não haja regras específicas os jogos e brincadeiras podem ser reconhecidos e difundidos através de interações sociais e informais, o que nos permite denomina-los como populares (BRASIL, 2018).

- b. **Esportes:** Diferentemente da temática anterior, os esportes possuem regras institucionalizadas e formalizadas, a fim de padronizar a prática em diferentes regiões e culturas. O esporte é, atualmente, a prática mais conhecida, pois está presente em diversos veículos de comunicação, além disso, possui uma comparação entre os indivíduos ou grupos (adversários). Essa temática é dividida em subgrupos: marca, precisão, invasão ou territorial, técnico-combinatório, rede/quadra dividida ou parede de rebote, campo e taco e combate (BRASIL, 2018).
- c. **Ginásticas:** a unidade de ginástica é subdividida em três classificação, mas no nível de ensino em questão é necessário abordar, segundo a BNCC, apenas um deles: ginástica geral. Também conhecida como ginástica para todos, essa classificação reúne as práticas corporais que tem como elemento organizador explorar as possibilidades acrobáticas e expressivas corporais, a interação social, o compartilhamento do aprendizado e a não competitividade. Os movimentos podem ser praticados no solo, no ar (saltos) e em aparelhos (trapézio), seja individual ou em equipe, além de contar com uma variedade de piruetas, rolamentos, pirâmides humanas, etc. (BRASIL, 2018).
- d. **Danças:** essa unidade temática tem como característica explorar o conjunto de práticas corporais constituídos por movimentos rítmicos, organizados em passos e evoluções específicas, em muitos casos é possível identificar movimentos coreografados. Podendo ser praticada e desenvolvidas individualmente, em duplas ou em grupos. (BRASIL, 2018).
- e. **Lutas:** tem como foco disputas corporais, com a utilização de técnicas, táticas e estratégias específicas para imobilizar, desequilibrar, atingir ou excluir o oponente de determinado espaço, unindo movimentos ofensivos e defensivos dirigidas ao corpo do adversário. (BRASIL, 2018).
- f. **Práticas corporais de aventura:** essa temática não é de obrigatoriedade durante os anos iniciais da Educação Básica e não foi encontrado dentro da análise documental, por esses motivos não abordaremos essa temática.

Mediante a consulta documental feita dentro da instituição de ensino foi possível constatar o objetivo da escola, bem como o contexto em que ela está inserida e algumas atividades desempenhadas durante o ano letivo. No PPP a escola deixa claro sua preocupação com a formação dos cidadãos e do desenvolvimento de uma sociedade mais justa e digna, com

ênfase em aprimorar nos indivíduos senso crítico, autonomia, solidariedade, criatividade e responsabilidade perante aos seus direitos e deveres, para enfrentamento dos desafios do cotidiano sem preconceito e discriminação, bem como a preocupação com o aprendizado, desenvolvimento e difusão do contexto cultural da sociedade, pois, segundo o PPP, é função da escola organizar, selecionar e adaptar os elementos dessa cultura para sua transmissão para as novas gerações. Para isso são desenvolvidos projetos envolvendo a leitura e a escrita, pensamento lógico matemático, sustentável, filosófico e social, através de jogos, olimpíadas, gincanas, concursos das diversas artes, feiras de ciência e cultura.

A escola possui em suas instalações uma quadra poliesportiva coberta e um pátio descoberto, mas faz uso de equipamentos públicos de esporte, saúde, lazer e cultura que ficam localizados próximos à instituição, porém não é possível constatar quais conteúdos são desenvolvidos nesses espaços, se são trabalhados esportes, danças, jogos e brincadeiras, etc.

Dentro do cronograma escolar, através do calendário, que possui menção dentro do PPP, há a informação de atividades de danças desenvolvidas internamente na escola, através das aulas de educação física, em datas festivas como na festa junina escolar, dia do livro e comemorações, além de apresentações de dança e teatro, em conjunto com a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais).

É possível identificar no documento a menção do projeto municipal do Educa Mais, um projeto desenvolvido no contra turno escolar, com as mais variadas atividades, incluindo aulas com estudantes do curso de Educação Física, entretanto não há relato se as atividades desenvolvidas estão de acordo as exigidas pela BNCC.

Por muitas vezes, dentro do documento, é citada a preocupação da escola em temáticas voltadas às relações étnicos-raciais, bem como a consciência com o desenvolvimento de conteúdos relacionados à história africana e afro-brasileira e de matriz indígenas, porém não é possível estabelecer a forma como que se trabalha essa temática, se é através de danças, lutas, jogos, brincadeiras ou se é através de apresentações, leituras, filmes, etc.

## 5 RESULTADOS

Após a análise na literatura, na Base Nacional Comum Curricular e no projeto Político-Pedagógico da escola em questão, foi constatado que ao fazer uma assimilação entre a estrutura do PPP e as unidades temáticas da Educação Física, no ensino fundamental I, presentes na BNCC, encontra-se componentes que não possuem citação no PPP, como as lutas e ginásticas, componentes que são citados através de documentos anexados ao PPP, como o calendário escolar e também de atividades desenvolvidas junto a parceiras da escola no município, como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), que é o caso das danças e componentes que são mencionados indiretamente, com informações de espaços e estruturas capazes de desenvolver tal unidade temática, no caso os esportes. Há também a informação de que se desenvolve uma unidade temática, porém é citado apenas a prática de jogos, não tendo uma menção direta de brincadeiras, porém pode-se subentender que há o desenvolvimento de tais atividades, levando em consideração a evidente preocupação da instituição com a difusão cultural.

É constantemente abordado, dentro do PPP, a preocupação e desenvolvimento de conteúdos relacionados à história dos povos de matriz indígena e africana, porém não é esclarecido a metodologia utilizada para o desenvolvimento dessa temática. Não é possível compreender se a abordagem preferida utiliza de alguma unidade temática contida na BNCC, para aulas de Educação Física.

## 6 CONCLUSÃO

Através de uma análise documental, foi possível concluir, ainda que apenas durante visitas à escola e sem possuir o PPP em mãos durante a confecção do presente documento, que o projeto Político-Pedagógico é um documento muito importante e que tem o poder de programar e dar assistência para os professores e pedagogos, bem como identificar e analisar o meio em que a escola está incluída e seus objetivos e deveres para com a sociedade, como uma instituição educadora.

Mesmo possuindo enorme valor para auxiliar no processo de ensino-educação, é possível constatar que o PPP pode ser melhor explorado pela instituição analisada. Ainda que se tenha um documento bem elaborado, abrangendo muitos aspectos essenciais para a educação, quando se faz um comparativo entre o PPP e a BNCC, explorando, mais precisamente, as unidades temáticas necessárias para o ensino fundamental I, nota-se que, mesmo que muitas unidades tenham menção dentro do PPP, algumas como ginástica e lutas, não são citadas, enquanto componentes como o esporte é citado de forma intrínseca, onde há menção da utilização de espaços próprios para tais práticas, mas não há quanto à sua prática propriamente dita. Por outro lado, temas como jogos e brincadeiras e danças estão incluídos dentro do PPP, seja de forma direta, como os jogos, seja de forma indireta, mencionado através do calendário escolar e suas atividades programadas e de parcerias com a APAE da cidade, como é o caso das danças. Outro conteúdo que é explorado pela escola e poderia ter uma maior descrição das atividades propostas são os conteúdos que abrangem as histórias dos povos de matriz africana e indígena.

## REFERENCIAS

ARÊAS, C.A. **Conferência Nacional da Educação Básica**. Função Social da Escola. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. Lei nº 9394/1996. BRASIL, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

CUSTÓDIO, F.A.C. **Projeto Político Pedagógico, educação física e o professor**: mediações na perspectiva de uma educação transformadora, 2008. Disponível em: <[http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes\\_pde/artigo\\_francisco\\_a\\_ssis\\_cordeiro\\_custodio.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_francisco_a_ssis_cordeiro_custodio.pdf)> acessado em: 22/11/2022.

PARANÁ. Governo do Estado do Paraná. **O papel do diretor escolar e a organização do trabalho pedagógico**: documentos norteadores da escola. Curitiba, PR. 2018.

MARQUES, P.B; CASTANHO, M.I.S. O que é a escola a partir do sentido construídos por alunos. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, SP. v.15, n.1, Jan./Jun. 2011: 23-33.

SANTANA, M.V.B. **Projeto Político-Pedagógico**: o que é, pra que serve e como se faz. 2019. Disponível em: < <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/teixeira/files/2019/05/Projeto-Pol%C3%ADtico-Pedag%C3%B3gico-PPP.pdf>>. acessado em: 20/11/2022.

SOARES, C.L. Educação Física escolar: conhecimento e especificidade. **Rev. paul. Educ. Fis.** São Paulo, supl.2, p.6-12, 1996.

SILVELLO, J.P.C; HARTMANN, M.L.B. **Escola particular e publica**: comparativos na interface da gestão escolar. XVIII Seminário Internacional de Educação no MERCOSUL. 2010.

VEIGA, I.P. **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção coletiva. In: VEIGA, I.P. (org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1998. p.11-35.